



A luta antifascista e a ANL.

Evandro Both*

Resumo: A Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi uma frente ampla criada, no Brasil, com o intuito de aglutinar vários grupos políticos na luta contra o fascismo. A iniciativa de criação destas frentes foi da III Internacional Comunista (IC), já em 1933, e no VII Congresso da IC, em 1935, esta tática é definitivamente adotada. Assim, a orientação do Partido Comunista do Brasil (PCB) foi de organizar uma frente única em oposição ao imperialismo e às forças fascistas que, desde 1932, encontravam-se reunidas na Ação Integralista Brasileira (AIB). A ANL não atuou como partido, ela era claramente uma frente ampla que lutava contra os Integralistas. A ANL cresceu muito rapidamente, alcançando uma amplitude nunca antes vista na História do Brasil. Dela participaram comunistas, socialistas, liberais entre outros grupos. O Movimento saiu vitorioso, por poucos dias em Natal, isso faz com que Recife se levante também, mantendo a cidade em estado de guerra por três dias e, por último, o Rio de Janeiro também levanta. Mesmo assim, o movimento não saiu vitorioso. A partir daí o PCB em particular e o movimento operário progressista em geral sofrem com a repressão nos anos que se seguem. Há um grande número de prisões, assassinatos, e muitos acabam se exilando.

Palavras-Chave: ANL. Luta Antifascista. AIB.

Abstract: The National Liberation Alliance (ANL) has created a broad front, in Brazil, aiming to bring together various political groups in the fight against fascism. The initiative to create these fronts was the Third Communist International (CI), since 1933, and at the Seventh Congress of the CI in 1935, this tactic is definitely adopted. Thus, the orientation of the Communist Party of Brazil (PCB) was organize a united front in opposition to imperialism and fascist forces in 1932 were gathered in the Brazilian Integralist Action (AIB). The ANL has not acted as a party, it was clearly a broad front that fought the Integralist. The ANL has grown rapidly, reaching a magnitude never seen before in the history of Brazil. It was attended by communists, socialists, liberals and other groups. The movement emerged victorious for a few days in Natal, that makes Recife rises too, keeping the city in a state of war for three days, and finally the Rio de Janeiro also rises. Still, the move did not come out victorious. From there the PCB privately and progressive labor movement in general suffer

* Curso de História – Licenciatura Plena e Bacharelado da UFSM.



from repression in the years that follow. There are a large number of arrests, murders, and many end up exiling.

Keywords: ANL. Fascist Struggle. AIB.

1. Introdução

Inicialmente devemos ter claro quais mudanças estruturais estavam ocorrendo no Brasil da década de 1930. Neste período a modernização incentivou a industrialização do país, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo que se tornam a partir daí o eixo central da geração de riquezas do país. Com isso, os trabalhadores dos centros urbanos começaram a ter maior importância na luta por conquistas sociais.

Esta importância está dada porque os trabalhadores, na posição de proletariado, conseguem organizar-se em torno de sindicatos e locais de moradia. Fato dificultado no período anterior à industrialização do país, quando os trabalhadores estavam isolados em grandes propriedades de terras, como, por exemplo, nos cafezais paulistas, nas plantações de cana-de-açúcar do nordeste, além de outros trabalhos do campo. Com a industrialização, os trabalhadores encontram-se aglomerados em maior quantidade nos centros urbanos, facilitando, assim, a sua união na organização por conquistas de direitos sociais.

Roedel (2002) afirma que para implementar as reformas que industrializariam o Brasil, se afirmou o caráter policial do Governo Provisório, instaurado em 1930, liderado por Getúlio Vargas. Este caráter policial é fruto do conjunto de pressões dos trabalhadores, bem como da contradição no seio da classe dominante que geriu o Movimento Constitucionalista de 1932, e, essa era a via mais segura para o grupo dirigente implementar a modernização no país. Afinal, prosseguia a crise do liberalismo, crescia a direitização do Estado burguês e se aprofundava a Grande Depressão (Roedel, 2002).

Ressaltando que o movimento constitucionalista de 1932 era um movimento retrógrado que buscava manter o centro do desenvolvimento do Brasil nos grandes latifúndios que produziam a cana-de-açúcar, o café e outros produtos. Enfim, a elite rural não queria perder seu prestígio de gerador de riquezas para os capitalistas industriais que estavam se inserindo com grande força a partir da segunda metade do século XIX, ainda sob o Segundo Império brasileiro. Esse movimento visava derrubar o Governo Provisório de Vargas, que por sua vez auxiliava a industrialização do Brasil.



Do outro lado, os trabalhadores, agora organizados em grande número nos centros urbanos, buscavam melhores condições de trabalho, de moradia, de salários, entre tantos outros direitos sociais. Como fruto da luta dos trabalhadores, surge em 1922 o Partido Comunista do Brasil (PCB). A influência da Revolução Russa na criação do PCB é muito forte. A maioria dos fundadores do PCB foram militantes que rompem com o anarquismo – movimento que predominava na classe trabalhadora até o período – devido à sua simpatia com a revolução do Bolcheviques em 1917, que tinha um caráter marxista, ou seja, comunista.

A influência do PCB sobre a classe trabalhadora vinha crescendo no período que se segue após 1922, e este partido colocou-se contrário ao Governo Provisório, principalmente por que o governo limitou as atividades dos trabalhadores. Essa limitação é fruto da defesa do governo em relação aos trabalhadores que começam a ter influência sobre a política do país devido à sua organização.

Esta limitação das atividades dos trabalhadores se deu para facilitar a implementação das reformas que modernizariam o país, sem que se corresse o risco de se fazer reformas em prol do proletariado. Sabe-se que a industrialização tinha o objetivo de enriquecer os industriais e não de distribuir a riqueza para os trabalhadores, fator este que vem ocorrendo, inclusive, nos dias atuais. O partido passou a combater o controle e vigilância promovida pelo regime que, apoiado na Lei de Sindicalização, obrigou os sindicatos a se legalizarem junto ao Ministério do Trabalho, este criado em 1931.

A maior parte dos sindicatos brasileiros se legalizou junto ao Ministério, porém, alguns se recusaram a fazer isso. Essa recusa se deu porque a partir do momento em que um sindicato se legalizasse junto ao Ministério do Trabalho, estaria limitado a fazer apenas o que o governo o deixasse fazer, pois o governo estaria articulado com o sindicato. O motivo principal desta legalização era para que o governo tivesse maior inserção na vida sindical destes trabalhadores, onde trabalho e governo (o governo deve ser entendido como estado, e este por sua vez, servindo para o capital) trabalhariam juntos em benefício da nação.

Os sindicatos que não estivessem atrelados ao governo, teriam muito mais facilidade em fazer as suas lutas contra o governo – embora muitos dos que estivessem ligados ao ministério nem tivessem esse objetivo. Essa facilidade de contrapor as políticas governamentais e capitalistas se dava por sua atuação livre das influências diretas do Capital e do Estado, porém, a repressão sobre os trabalhadores ligados aos sindicatos combativos era



muito maior. A grande repressão aos trabalhadores é uma das características deste período da história brasileira.

O PCB, na posição de Seção Brasileira da Internacional Comunista (SBIC), atuava de acordo com a política tomada nos congressos da Internacional Comunista (IC). No V Congresso Mundial da Internacional Comunista, realizado em Moscou, entre junho e julho de 1924 – marcado pelo fracasso da revolução na Alemanha e pela ascensão de Stálin ao poder na União Soviética – sob a consigna do "Socialismo em um só país", a linha de atuação dos partidos ligados à IC foi de fazer alianças com partidos social-democratas, para a atuação em frentes democráticas amplas.

Porém, isso se tornou perigoso após o ocorrido em Xangai no ano de 1927, onde o Kuomintang, liderado por Chiang Kai-shek, massacrou os comunistas chineses, sendo que os comunistas compunham uma frente de atuação com o Kuomintang. A partir desse ano a IC fez a leitura de que não havia condições de se fazer frentes amplas com os grupos denominados de “pequeno-burgueses”.

Aqui no Brasil, desde 1927, o PCB procura fazer alianças com os tenentes que haviam feito a grande marcha com suas colunas desde o Rio Grande do Sul e se exilado na Bolívia. Quando Prestes (um dos líderes) está exilado, após o término da marcha, o PCB o procura para que entre no partido, porém, essa aliança não era de interesse dos tenentes. A IC, por outro lado, não apoiava a aliança com Prestes, por considerá-lo um pequeno burguês, classificando o, inclusive, de Chiang Kai-shek brasileiro.

Até o início da década de 1930, a IC que era considerado o Partido Comunista a nível mundial, tinha uma tática de atuação de classe contra classe, e desta forma, os partidos comunistas não poderiam fazer alianças com outras organizações. Devido a esse fato, os grupos que faziam frentes de atuação com outras forças eram denominados “direitistas”.

Com a ascensão, em 1933, do nazismo ao poder na Alemanha e consequente avanço do fascismo a nível mundial, a IC é levada a rever a sua linha política de considerar as articulações de frentes democráticas como desvios “direitistas” (Segatto, 1989, p.45). Já em 1934, começa-se a adotar a política de frente popular contra o fascismo. Nestas frentes incluíam-se comunistas, socialistas, liberais e outros grupos antifascistas. No ano de 1935, em seu VII Congresso, a IC adota, definitivamente, esta tática de frentes democráticas, que se torna uma diretriz dos Partidos Comunistas a nível mundial.



O PCB, como membro da IC, não escapa dessa diretriz e, no mesmo ano, tem como orientação organizar uma frente única em oposição ao imperialismo e às forças fascistas que, desde 1932, encontravam-se reunidas na Ação Integralista Brasileira (AIB). Várias iniciativas foram tomadas para criar a frente anti-imperialista e antifascista, como por exemplo, uma frente de 87 sindicatos, em São Paulo, e a I Conferência Nacional dos Estudantes Antifascistas, ambas em 1934. No Rio de Janeiro, no mesmo ano, reuniu-se o I Congresso Nacional Contra a Guerra, a Reação e o Fascismo, dissolvido pela polícia, além de várias outras manifestações antifascistas que ocorriam em todo o país (Roedel, 2002).

2. Desenvolvimento

Em 1934, Prestes, que estava exilado na URSS, retorna para o Brasil e é enquadrado pela IC no PCB, mesmo o PCB não tendo o interesse de colocá-lo em suas fileiras neste momento. O motivo de sua vinda é preparar o terreno para a revolução que deveria ocorrer no Brasil, contra o Governo Getúlio e os Integralistas. Prestes fora designado para essa tarefa devido à sua influência dentro do Exército Brasileiro. De fato, após a sua entrada no PCB, este recebeu em suas fileiras muitos militares, que futuramente auxiliariam na revolta de 1935, embasada pela ANL.

Com o aumento das forças do PCB e também do movimento operário, já com posturas de formar frentes antifascistas, aumenta também a repressão por parte do Governo de Getúlio Vargas, que, por sua vez, tinha muita simpatia com o movimento integralista. Esta repressão foi uma constante e, muitas vezes, vinha acompanhada com o apoio de grupos armados integralistas.

Devido a essas ações armadas, por parte do movimento integralista, percebe-se que a luta que a frente única viria a enfrentar era coisa séria, e, a sete de outubro de 1934 – aniversário de 2º ano da AIB – ocorre a Batalha da Praça da Sé, em São Paulo. Confronto este ocorrido entre integralistas e democratas sob a hegemonia do PCB. O episódio teve um saldo de quatro mortos e vários feridos.

Em resposta a esse fato ocorrido, a união das forças antifascistas contribuiu para fortalecer a linha política de frente ampla e única, defendida pelos comunistas, que incentivaria a posterior organização da Aliança Nacional Libertadora (ANL).



De acordo com Roedel (2002), as manifestações em prol da organização dos trabalhadores faziam parte da estratégia para a criação do clima propício à frente única. Segundo o autor, um Comitê Popular foi organizado, chegando a congregar cerca de 100.000 membros, em São Paulo. A própria Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), que estava na clandestinidade desde 1930, ressurgiu em 1935 e passa a conclamar os sindicatos à unidade na luta por melhores condições de trabalho. A ação sindical é um fator importante para a organização dos trabalhadores em uma frente ampla, que teria o intuito de destruir as forças fascistas.

Segundo Vianna (2007), mesmo o PCB se esforçando para organizar a tal frente democrática, que por sua vez é de orientação da IC, não consegue sair das retóricas e não sensibiliza as massas populares. Por outro lado, a grande ofensiva integralista uniu, nas lutas de rua contra os fascistas, todas as forças democráticas do país. Com isso, mesmo o PCB não conseguindo formar a frente, ela se cria, e o PCB se insere nela depois de sua constituição. Nesta frente que se formou estavam muitos dos elementos que até então o PCB classificava de “policiais”, “fascistas”, “lacaio do imperialismo” e outros adjetivos tão a seu gosto. Agora estes “inimigos” ironicamente se tornam aliados em sua luta contra os integralistas.

A ANL vai ter uma força significativa constituída por militares que foram os atores do movimento tenentista que tomou conta da história do Brasil na década anterior. Inclusive o presidente da aliança era Luís Carlos Prestes, o líder da Coluna Prestes, movimento que fez parte do Movimento Tenentista. Após a dissolução do movimento dos tenentes, uma pequena parte seguiu para a esquerda, entrando no PCB, e outros que não entraram no PCB, mas também seguiram à esquerda, vieram a compor a ANL. Outros tenentes partiram para a direita e engrossaram as fileiras da AIB, e futuramente seriam os generais da ditadura civil-militar de 1964-1985.

Em março de 1935 é, enfim, criada a ANL, fruto da união antifascista e anti-imperialista, sendo seu presidente de honra Luís Carlos Prestes, devido à sua influência sobre os tenentes e também sobre o proletariado. Embora nem todos que estivessem na ANL eram comunistas, a maioria dos militantes desta aliança eram, sim, do PCB, e isso fez com que a linha política da ANL se aproximasse muito da linha política do partido.

Gregório Bezerra, em seu livro de memórias, fala o seguinte, a respeito da criação da ANL:

Desde o princípio de março de 1935 começou-se a falar na ANL (Aliança Nacional Libertadora). Era uma ampla organização de massas, da qual



faziam parte homens e mulheres de todos os partidos, de todas as camadas sociais, de todos os credos religiosos, inclusive militares das três armas. Foi a maior e mais ampla organização de massas criada no Brasil até então e tomou vulto a partir de abril de 1935. Desenvolveu-se por todos os Estados da federação Brasileira. (BEZERRA, 1980, p. 233).

Gregório Bezerra tem razão, nunca antes na História do Brasil se havia visto uma organização de massas tão grande como a ANL se apresentava em 1935. Mas, deve-se acrescentar que mesmo a força de esquerda conseguindo aglutinar em sua frente em torno de um milhão de militantes, a AIB também tinha um número igual ou até mesmo superior, ao da ANL, de militantes neste período. Era mesmo um momento histórico em que o clima entre a direita e a esquerda estava esquentando e os dois lados tinham armas e pessoas, uma vez que nos dois lados havia soldados das forças armadas brasileiras.

Bezerra segue dizendo que o descontentamento das massas com o governo Vargas, além da grande efervescência política, contribuiu muito para o surgimento da ANL. Cita que “uma boa parte do povo brasileiro, não conformada com esta situação, procurava uma definição ou uma saída para seus problemas”, segundo Bezerra, o povo encontrou esta saída no programa da ANL, o qual era – ressalta ele – muito audacioso para a época.

[...] Lembro-me bem que, entre outras reivindicações de caráter nacional, constava a confiscação de terras dos latifundiários, sua nacionalização e distribuição gratuita a todos os camponeses sem terra ou com pouca terra e a todos os que nela quisessem trabalhar; nacionalização das empresas estrangeiras, dos bancos, das minas e das quedas d'água eu cancelamento de todas as dívidas externas. (BEZERRA, 1980, p. 233-4).

O programa da ANL era de fato muito acessível para a massa trabalhadora. O programa da reforma agrária vinha bem para as pessoas que estavam começando a sentir a influência dos grandes proprietários que os expulsavam de suas terras, fazendo os ir buscar alguma alternativa melhor nos centros urbanos. De fato, para essas pessoas uma das saídas mais interessantes era conseguir o seu pedaço de terra para poderem trabalhar e plantar o que precisavam comer.

Não devemos esquecer que a mudança de conjuntura que o Brasil passa a enfrentar na década de 1930, é o aumento dos centros urbanos, aceleração do êxodo rural – por isso viria bem a reforma agrária – e aumento da concentração das terras nas mãos de uma minoria de latifundiários. O conseqüente fruto deste êxodo rural era o surgimento das favelas, pois, não



havia espaço para todos trabalharem nos centros urbanos. Com o aumento do desemprego, aumenta a criminalidade nos centros urbanos.

Segatto (1989) afirma que

o crescimento da ANL chega a assumir proporções grandiosas, não só pelo entusiasmo das massas, mas também pelo apoio e adesão de líderes políticos e militares progressistas e de expressão na época. Em maio forma-se o Diretório Municipal Provisório da Capital paulista. Entre abril e maio, abrem-se sedes em São Luiz do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul, Estado do Rio, Bahia, etc. O movimento é tão surpreendente, que, em maio, se inscrevem 3.000 elementos pagantes no Brasil, já existem espalhados pelo território nacional 1.600 núcleos e só no Distrito Federal há 50.000 inscritos [...] A aglutinação das massas é tão inesperada que governo, integralistas e classes dirigentes temem a política progressista da Aliança. (SEGATTO, 1989, p 46).

Não tarda à elite dirigente do país reagir ao crescimento surpreendente da ANL, que ganha grandes proporções, e, no dia 4 de abril de 1935, pouco mais de um mês após a fundação da ANL, é criada a Lei de Segurança Nacional (LSN), limitando a liberdade dos civis e por consequência a atuação do PCB e da ANL, ressaltando que a ANL é logo seria colocada na clandestinidade, e que o PCB já se encontrava na clandestinidade.

Com a criação da LSN por parte do governo, o Comitê Central do PCB avalia que o cenário estava propício à ação revolucionária, devido à insatisfação por parte do movimento operário perante a nova lei criada. De acordo com Roedel (2002), foi lançada como orientação a palavra de ordem objetivando transformar a crise econômica em crise revolucionária. É exatamente este rumo que a política nacional vai tomar nesse período. O movimento vai ganhando força até novembro deste ano quando, enfim, eclode a revolta, no dia 23.

Dentro da ANL, o PCB não deixa de combater, além do fascismo e do imperialismo, o nacional-reformismo, por avaliar que este era um cenário fértil à luta revolucionária em prol da emancipação do proletariado. Assim, a revolução deveria ser socialista e não nacional-reformista. Por que manter o capitalismo fazendo-lhes reformas ao invés de derrubá-lo e criar um governo que emancipe a classe trabalhadora do jugo do capital? Esta era sem dúvida a linha de pensamento do PCB neste período.

Em homenagem à revolução Socialista Russa de 1917 que utilizava do lema “todo o poder aos soviets”, para chamar os trabalhadores a unir-se a eles, no Brasil foi adotado o lema “todo o poder à Aliança Nacional Libertadora”. Esta é realmente uma bela paráfrase, que evidencia qual era o objetivo da ANL. Com esse aumento de forças da ANL, argumenta



Roedel que diante deste clima não faltaram, também, propostas para liquidar o PCB e substituí-lo pela ANL. Mas, mesmo assim, sabemos que isso não ocorreu. A ANL continuou sendo uma frente de atuação na qual o PCB estava inserido, e continuava atuando como um partido.

Devido a essa radicalização da aliança, e sua visível aproximação e admiração da Revolução Bolchevique de 1917, o governo e as forças dirigentes do país, temendo as consequências que o *status quo* poderia enfrentar com o levante que estava por vir, decreta o fechamento da ANL. Assim, a frente, da mesma forma que o PCB encontram-se na ilegalidade. Isso não significa que o movimento perde força política, pois mesmo na ilegalidade, as atividades continuam, mesmo que seja mais difícil de realizá-las, uma vez que a repressão por parte das forças do estado, com o apoio armado da Ação Integralista, aumentam, por se tratar de reuniões e atuações ilegais perante o Estado. Mas a dificuldade de manter contato com a população aumenta no período da clandestinidade da ANL.

O levante armado da ANL ocorre em três estados brasileiros, são eles respectivamente, Rio Grande do Norte, Pernambuco e por fim o Rio de Janeiro. Natal é o primeiro a se levantar e consegue expulsar as autoridades estaduais e locais, declarando o Estado nas mãos dos rebeldes. O líder da revolta neste estado é Giocondo Alves Dias, cabo do 21º Batalhão de Caçadores de Natal.

Segundo Roedel (2002):

De junho a novembro [de 1935], os preparativos para o levante, no entanto, prosseguiram em alguns pontos do país. Favorecido pela violência da crise gerada pelas disputas políticas travadas entre as elites norte-riograndense e o poder central, no 21º Batalhão de Caçadores, sob a liderança do cabo Giocondo Alves Dias, teve início, ao final da tarde do dia 23 de novembro de 1935, o levante armado na cidade de Natal. Foram destituídas dos cargos todas as autoridades, e, no dia 24, organizou-se o Comitê Popular Revolucionário. (ROEDEL, 2002, p.27).

A notícia da revolta de Natal chega a Recife, via radiograma, com a intenção de ser entregue às autoridades deste local, para que ficassem atentos para qualquer tipo de mobilização em Recife, porém, ao invés de chegar às mãos das autoridades do exército, chegam às mãos de um simpatizante da ANL, que por sua vez o leva na casa de Gregório Bezerra, um dos líderes da ANL de Pernambuco.

De acordo com Bezerra, que retrata o ocorrido com o radiograma em suas *memórias*:



No dia 23 de novembro de 1935, cerca das sete horas da noite, um colega me levou em casa um radiograma, comunicando o levante militar no Rio Grande do Norte. Era um dia de sábado. O 21º Batalhão de Caçadores (BC) da capital potiguar havia se levantado contra os governos federal e estadual, baseado no programa da ANL e, sobretudo contra o fascismo e a guerra (BEZERRA, 1980, p.239).

O levante de Natal ocorre devido às desmobilizações que os quartéis estavam tendo por causa das manifestações antifascistas que ocorriam em toda parte, além de grandes greves que também eram fruto destas lutas. O PCB baixa uma resolução para o nordeste do Brasil, na qual, em caso de desmobilização em massa nos quartéis, deveria se dar o processo revolucionário. E, realmente, isso foi uma das causas principais do levante na capital potiguar.

Na mesma linha de raciocínio, segue Gregório Bezerra em sua narração,

depois dos acontecimentos grevistas e de outras manifestações antifascistas, o governo federal preparava uma desmobilização em massa nos quartéis nordestinos: os governos estaduais pretendiam fazer o mesmo nas polícias militares e guardas civis. A direção nacional do Partido baixou uma resolução para o Nordeste, ordenando que, no caso de uma desmobilização em massa nos quartéis, se poderia dar início ao movimento revolucionário. Isto se deu em Natal, daí o levante do 21º BC. (BEZERRA, 1980, p.239-40).

É importante ressaltar que o radiograma não tinha como destino parar nas mãos de Gregório Bezerra, mas sim nas mãos do Chefe de Estado Maior da 7ª Região Militar. No mesmo dia (23), Gregório Bezerra decide levar o radiograma para o Comitê Regional (CR) do nordeste – do PCB –, que estava em reunião permanente neste momento. Gregório entrega o documento ao seu irmão, José Bezerra, que era membro do CR, para que este desse a notícia da revolução em Natal ao comando revolucionário do Recife. Contudo, Gregório orienta José Bezerra a defender a posição de que não se deflagre o movimento revolucionário no dia seguinte (24), pois era domingo, uma vez que os soldados eram liberados depois do primeiro expediente de sábado e só voltavam às 6 horas da manhã de segunda-feira.

Essa preocupação de Gregório não estava equivocada, pois, uma das maiores forças da ANL, era sem dúvida os militares, e, sem eles não se poderia fazer a revolução, por isso, deveria se iniciar o processo no mínimo na segunda-feira, quando todos estivessem de volta ao exército. Mas não foi isso que ocorreu, a orientação de Gregório não foi levada em consideração pelo Comando Revolucionário.

Mesmo com a orientação de Gregório Bezerra, na qual não se deveria iniciar o processo revolucionário no domingo, dia 24 de novembro, o comando da revolução orienta



que a melhor opção a se fazer era iniciar o processo revolucionário na manhã de domingo. Com certeza, se houvessem soldados no quartéis este seria a melhor data para iniciar a revolução, pois, as autoridades do exército não estariam preparadas para enfrentar a revolução, pois muitos nem saberiam que o processo havia sido deflagrado em Natal.

Gregório fala como se deu a orientação do Comando Revolucionário:

Exatamente às nove horas da manhã, quando acabavam de chegar os três elementos do Comitê Militar [que estavam convocados para uma reunião na casa de Gregório], recebi uma ordem do comando da revolução, por escrito, para deflagrarmos a ação militar às dez horas e quinze minutos. Ficamos desapontados, mas era uma ordem, tínhamos de cumpri-la. Àquela hora todos os soldados estavam fora dos quartéis! [...] Os outros me perguntaram com quem íamos deflagrar a revolução, se os quartéis estavam vazios de soldados. Respondi-lhes que com os elementos que encontrássemos. (BEZERRA, 1980, p.240).

Segundo Roedel, em Recife o clima encontrava-se tenso no mês de novembro, pois, havia greves de ferroviários, de trabalhadores dos transportes terrestres, de carvão e da Cia. de Força e Luz, e, estes trabalhadores enfrentavam as tropas do 29º BC, enviadas para reprimir o movimento. Isso, somado ao processo revolucionário vitorioso no Rio grande do Norte, facilita o nosso entendimento em relação à orientação do Comando Revolucionário de Recife em deflagrar a revolução neste mesmo dia de domingo.

De fato, a partir do levante no Rio Grande do Norte, o PCB avalia que deveria apoiar Natal e, isso somado à avaliação dos acontecimentos locais, considerou revolucionária a conjuntura que se formara na capital pernambucana. No dia 24 eclode o levante, sob liderança de Gregório Lourenço Bezerra. Porém, como não havia muita massa de soldados disponível para efetuar a revolução, diferente de Natal, em 24 horas os insurretos foram detidos, presos e muitos fuzilados pela repressão.

Dos três levantes que ocorreram no Brasil, sob autoria da ANL, o Rio de Janeiro foi o último a deflagrar a Revolução. Esta veio a ocorrer apenas no dia 27 de novembro, sob a liderança do capitão Agildo Barata Ribeiro. Teve início o levante no 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, e na Escola de Aviação, no Campo dos Afonsos. Da mesma maneira quem em Recife, em poucas horas, as tropas legalistas reassumiram o controle da situação e prenderam os envolvidos no levante. (ROEDEL, 2002, p. 28). Destaca-se que no Rio de Janeiro as tropas nem conseguiram avançar com o processo revolucionário para fora dos quartéis, sendo logo dissolvida a revolta.



3. Conclusão

Com estas evidências, percebe-se que a avaliação de conjuntura feita por Gregório Bezerra estava correta. Por infelicidade dos revolucionários, segundo Gregório Bezerra, a população em geral só ficou sabendo do levante após a sua dominação. Assim, mesmo que muitos trabalhadores apoiavam a ANL, nada puderam fazer para auxiliar o processo da revolução que estava ocorrendo. Isso facilitou muito o fracasso da revolução em Pernambuco.

A luta da ANL, mesmo tendo triunfado apenas em Natal, e num período relativamente curto – quatro dias – deu uma mostra de o que seria o governo dos revolucionários para o Brasil. Em apenas quatro dias, as empresas estrangeiras que estavam instaladas em Natal foram estatizadas, os bondes da cidade foram disponibilizados gratuitamente para a população, entre outras vantagens que a população conquistou nesse curto período de tempo.

Porém, mesmo a população dando o apoio para os revolucionários que tomaram o poder desta cidade, não havia condições da ANL se manter à frente do governo do Rio Grande do Norte. Isso se dá principalmente porque Pernambuco e Rio de Janeiro não conseguiram obter êxito em suas lutas locais, o que facilitou o cercamento de Natal por parte do Exército Brasileiro, que acaba por destituir o governo revolucionário.

Após a desmobilização dos focos revolucionários, inicia-se uma verdadeira “caça aos comunistas”, que se estende ao ano de 1936. Muitos aliancistas, e principalmente, comunistas são presos e outros fuzilados. É nesta caça que Luiz Carlos Prestes vai ser preso, por 9 anos, enquanto que Olga Benário Prestes é entregue à Gestapo, e morta em uma câmara de gás, no campo de concentração de Bernburg, em fevereiro de 1942, quando a sua filha – Anita Leucádia Prestes – não necessita mais do leite materno da mãe para sobreviver. Neste período e movimento operário, em geral, e o PCB, em particular, são perseguidos pela polícia política de Getúlio Vargas.

Para o golpe de estado, liderado por Getúlio Vargas, em novembro de 1937, foi utilizado o pretexto de que o PCB preparava, neste mesmo ano, um golpe de estado, o Plano Cohen. Desta forma estava preparada a conjuntura favorável para a execução do golpe do Estado Novo. A partir disso, muitos comunistas se alistaram na Brigadas Internacionais que foram lutar na Guerra Civil Espanhola.



O golpe de estado de Vargas é fruto desta desmobilização dos comunistas que ocorre a partir do fracasso da luta revolucionária da ANL, onde muitos comunistas são presos, fuzilados e outros se exilam. E os que sobrevivem à isso, vão para a guerra civil da Espanha. De fato, este golpe não encontra grandes resistências. Mais tarde, muitos membros do PCB vão lutar contra as forças nazistas na Segunda Guerra Mundial.

Referências Bibliográficas

- BEZERRA, Gregório. **Memórias**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1980.
- VIANNA, M. de Almeida Gomes. **Revolucionário de 1935**: sonho e realidade. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular. 2007.
- ROEDEL, Hiran; AQUINO; VIEIRA, Fernando; NAEGELI, L. Baère; MARTINS, Luciana. **PCB**: 80 anos de luta. 1ª ed. São Paulo: Fundação Dinarco Reis. 2002.
- SEGATTO, J. Antônio. **Breve História do PCB**. 2ª ed. Belo Horizonte: Oficina e Livros. 1989.

Recebido em Setembro de 2011
Aprovado em Outubro de 2011